

## **A CONTRIBUIÇÃO DE KARL POLANYI PARA AS REFLEXÕES SOBRE O DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL**

EVANDRO CARDOSO DO NASCIMENTO\*

VALDIR FRIGO DENARDIN†

### **Introdução**

As reflexões em torno do desenvolvimento sustentável iniciaram na Conferência de Estocolmo em 1972, quando se propôs uma via socialmente incluyente, ecologicamente sustentável e processualmente contínua para o desenvolvimento. Com sua centralidade no ser humano, o desenvolvimento sustentável se contrapôs ao ecologismo exacerbado, centrado na natureza, e ao economicismo radical, centrado no capital. Para Ignacy Sachs (1986), estabelecer um processo de desenvolvimento não é pensar em um modelo padrão, mas em estilos de desenvolvimento construídos com soluções específicas para cada território, considerando os aspectos ecológicos e culturais, bem como as necessidades imediatas e aquelas de longo prazo. Para esse autor, o desenvolvimento sustentável “tenta reagir à moda predominante das soluções pretensamente universalistas e das fórmulas generalizadas” (SACHS, 1986: 18).

Este artigo apresenta uma reflexão sobre o desenvolvimento territorial sustentável a partir das contribuições de Karl Polanyi (1886-1964), trata-se de uma discussão teórica, que busca criar categorias de análise para uma interpretação do território e das suas perspectivas de desenvolvimento. Polanyi se insere na corrente dos pesquisadores da sociedade capitalista de meados do século XIX e início do século XX. Sua teoria institucionalista busca comparar os sistemas econômicos e suas mudanças institucionais. Partindo do princípio de que a organização social é formada por instituições construídas social e historicamente, Polanyi, identifica várias formas de integração social. Assim, busca encontrar o lugar da economia nessa organização, tendo em vista o significado substantivo e formal do termo econômico.

A sociedade moderna e capitalista possui um tipo específico de produção social organizada e controlada pelo mercado, que é sua instituição dominante. Em outras sociedades, como as tradicionais, a sistema econômico está *enraizado* nas relações sociais. Polanyi (2000) propõe que na sociedade moderna, a economia volte a ser controlada pela sociedade, mas com

---

\* Universidade Federal do Paraná – Setor Litoral. Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial Sustentável – PPGDTS. Bolsista da CAPES.

† Universidade Federal do Paraná – Setor Litoral. Doutor em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade pela UFRRJ.

base “na vida social moderna, racional, diferenciada, aberta e dinâmica, e, primordialmente, por meio de instituições políticas que permitam a liberdade dos indivíduos” (CANGIANI, 2012: 31). Polanyi (2000) não defendia o retorno da economia ao estado anterior de enraizamento, mas propõe um controle social dos processos econômicos.

Tendo como pano de fundo o desenvolvimento territorial sustentável, este artigo busca responder a seguinte questão: Quais princípios da teoria institucionalista de Polanyi contribuem para uma interpretação do território e das suas perspectivas de desenvolvimento? Ao responder essa questão este artigo apresenta um quadro teórico-metodológico que pode ser usado em pesquisas sobre o desenvolvimento territorial sustentável.

O objetivo geral é identificar, na teoria institucionalista de Polanyi, elementos metodológicos que possibilitem uma interpretação do território. Outros objetivos são: analisar as perspectivas de desenvolvimento sustentável a partir da crítica de Polanyi ao sistema de mercado; e refletir sobre o lugar da economia nas estratégias de desenvolvimento territorial sustentável. O diálogo proposto no texto relaciona a teoria de Polanyi com autores que discutem a temática do desenvolvimento (SACHS, 1986; 2007) (SEN, 2000); da economia (ZAOUAL, 2010); da sustentabilidade (CAVALCANTI, 2012); e do território (SAQUET, 2009) (HAESBAERT, 2008) (SANTOS, 1999).

O texto está estruturado em três partes principais, sem contar a introdução e as considerações finais. A primeira parte apresenta a crítica de Polanyi ao sistema de mercado e como essa crítica contribuiu e continua contribuindo para as novas perspectivas de desenvolvimento. Na segunda parte se discute sobre o lugar da economia na sociedade e conseqüentemente seu lugar no desenvolvimento sustentável. Na terceira e última parte busca-se responder a problemática proposta apresentando um quadro teórico-metodológico para a leitura do território a partir das contribuições de Polanyi.

### **A crítica ao sistema de mercado e o desenvolvimento sustentável**

Desde quando o capitalismo se instaurou, na Inglaterra do século XVIII, vários pensadores sociais se dedicaram a uma análise das conjunturas desse sistema. Uma das principais críticas ao sistema de mercado foi realizada por Karl Polanyi na década de 1940. Na concepção de Polanyi (2000) o mercado capitalista desequilibrou as instituições mais

sólidas da sociedade e a inseriu num sistema que se pretendia autorregulável, no qual o mercado se estabelece como uma instituição *mater*.

Polanyi (2012) explica que o mercado é uma instituição que sempre existiu na história humana, porém, sua presença, até o século XVIII, foi fortemente enraizada nas relações sociais. Em outras palavras, a sociedade determinava as relações econômicas e não ao contrário como pretendia a racionalidade mercantil dos séculos XVIII e XIX que, em pouco tempo, idealizou a economia mercantil como o princípio organizador da sociedade. Tal idealização, para Polanyi (2000; 2012), não corresponde à realidade, pois o homem real não é motivado apenas por princípios econômicos como determinava o sistema de mercado.

Mesmo equivocado, o determinismo economicista atravessou o século XIX e chegou ao século XX como a racionalidade científica predominante. Os marxistas, mesmo sendo contrários ao sistema de mercado, afirmavam o determinismo econômico nas suas interpretações da sociedade. Ao criticar o sistema de mercado, Polanyi (2000), afirma que nele as relações sociais foram enraizadas no sistema econômico e não ao contrário, isso subordinou o homem e a natureza a uma lógica destrutiva. O sistema liberal mercantil, ao transformar tudo em mercadoria, alterou as relações do homem em sociedade e com o ecossistema, ou seja, a ganância produziu desigualdades e prejuízos ambientais.

Polanyi (2012) aponta que o fator principal do desmoronamento social, promovido pelo sistema de mercados, foi a transformação da terra e do trabalho em mercadorias. Como consequência “surgiu um preço de mercado para o uso da força de trabalho, chamado salário, e um preço de mercado para o uso da terra, chamado renda [...] trabalho é apenas outro nome para homens, e terra, para a natureza.” (POLANYI, 2012: 212). A ilusão da mercadoria subordinou o homem e a natureza às leis do mercado, o problema é que homem e natureza não são empiricamente mercadorias e permitir que essa ficção organize os mercados de trabalho e uso da terra é planejar a destruição do homem e da natureza.

*Ao dispor da força de trabalho de um homem, o sistema disporia também, incidentalmente, da entidade física, psicológica e moral do 'homem' ligado a essa etiqueta. Despojados da cobertura protetora das instituições culturais, os seres humanos sucumbiriam sob os efeitos do abandono social; morreriam vítimas de um agudo transtorno social, através do vício, da perversão, do crime e da fome. A natureza seria reduzida a seus elementos mínimos, conspurcadas as paisagens e os arredores, poluídos os rios, a segurança alimentar ameaçada e destruído o poder de produzir alimentos e matérias-primas (POLANYI, 2000: 95).*

Não demorou muito para que os problemas apontados por Polanyi na década de 1940 passassem a ameaçar a comunidade global. Como resposta aos efeitos negativos desse mau desenvolvimento os economistas liberais acreditavam que os problemas sociais e ambientais poderiam ser superados pela eficiência do próprio crescimento econômico (ESTEVA, 2000). Porém, tal teoria mostrou-se insuficiente na medida em que o sistema mercantil apenas aumentava tais problemas. É neste contexto que surge uma vertente teórica que busca alternativas para um desenvolvimento sustentável preocupado em resgatar o equilíbrio entre homem, natureza e organização produtiva. Atualmente Ignacy Sachs é um dos principais intelectuais dessa vertente.

Segundo Sachs (1986; 2007), o processo de desenvolvimento deve ser socialmente incluyente, ambientalmente sustentável e economicamente viável. Para tanto, o autor busca operacionalizar essa teoria apresentando oito dimensões que devem ser atendidas pelo processo de desenvolvimento: (1) social, (2) cultural, (3) ecológico, (4) ambiental, (5) territorial, (6) econômico, (7) político (nacional) e (8) político (internacional).

Para Sachs (2007), essas dimensões podem ser classificadas em três grupos: o social, que abrange as dimensões 1 e 2; o ambiental, abrangendo as dimensões 3, 4 e 5; e o econômico, com as dimensões 6, 7 e 8. Nesta classificação, o social aparece em primeiro lugar, pois ocupa o domínio da própria finalidade do desenvolvimento, o econômico é o último, pois se referem a um domínio instrumental, enquanto o ambiental é intermediário, ocupando ambos os domínios.

Ao relacionar essa hierarquia proposta por Sachs (2007) com as reflexões institucionalistas de Polanyi (2000) constata-se que ambos propõem restaurar o equilíbrio entre homem, natureza e organização produtiva. Se por um lado, o sistema de mercado tentou subordinar homem, natureza e organização produtiva às suas próprias leis transformando-os em mercadoria, por outro lado, Polanyi (2000) e Sachs (2007) estão propondo que as instituições sociais determinem a relações econômicas, e a natureza seja recolocada no seu lugar de origem, ou seja, acoplada ao ser humano e mantenedora da sua subsistência.

Outro aspecto enfatizado por Sachs (2007) é a dinâmica territorial do desenvolvimento sustentável, pois os modelos globais de desenvolvimento econômico, amparados pela lógica mercantil, desconsideram as especificidades de cada território. Segundo Haesbaert (2008), território é um conceito que, etimologicamente, possui uma dupla

conotação: material (terra) e imaterial (terror), ou seja, está materialmente vinculado ao espaço geográfico-físico e imaterialmente vinculado às relações humanas ocorridas neste espaço. O conceito de território também é discutido por Saquet (2009), sobre a concepção de que, no território, existem interações econômicas, políticas e naturais, nas quais o material (espaço) e o imaterial (relações) são apresentados de forma híbrida.

Como relatado anteriormente, a transformação da terra, do trabalho e da organização produtiva em mercadorias implica em mudanças sociais e ambientais desastrosas (POLANYI, 2000). Isso porque homem, natureza e organização produtiva são elementos que compõem um território, ou seja, são inseparáveis e não são originalmente produtos. Relacionando o pensamento de Polanyi (2000) com o conceito de território apresentado por Haesbaert (2008) e Saquet (2009) constata-se que o sistema de mercado, em todos os seus aspectos, objetiva nada mais que a mercantilização do território, desconsiderando seus aspectos ambientais, econômicos e sociais. Considerar a dinâmica territorial, nos modelos de desenvolvimento, é reconhecer que cada comunidade, a partir de suas instituições específicas, constrói singularmente suas interações sociais, ambientais e econômicas e conseqüentemente seus modelos de desenvolvimento.

Quanto ao modelo global de desenvolvimento, tanto Polanyi (2000) quanto Sachs (1986) acreditam que o mau desenvolvimento, conduzido pelo sistema de mercado, promoveu uma catástrofe mais cultural do que econômica no território. Para Sachs (1986), a dependência cultural dos mais pobres é mais impositiva que a dependência econômica. Para Polanyi (2000), quando a economia de mercado é inserida numa determinada sociedade suas instituições culturais são dilaceradas; homem, natureza e organização produtiva, outrora orgânicos na esfera cultural, são transformados em mercadoria e passam a orbitar na instituição mercantil.

### **O lugar da economia no desenvolvimento territorial sustentável**

Antes de refletir sobre o lugar da economia nas estratégias de desenvolvimento territorial sustentável, torna-se necessário definir o conceito de economia. A ascensão e conseqüente controle do mercado na sociedade ocidental enquadrou o conceito de economia em uma racionalidade unicamente instrumental, na qual os *meios* instrumentais formam o princípio organizador da sociedade para *fins* econômicos (FERNANDES, 2008). Como

consequência, essa racionalização do processo produtivo provocou alterações em todos os aspectos da vida social, inclusive no meio científico onde o próprio conceito de economia passou a ser sinônimo de sistema de mercado.

Polanyi (2012) busca reconstruir o conceito de economia a partir da fusão de seus dois sentidos: o formal e o substantivo. Segundo o autor, o conceito formal de economia está vinculado à ideia de economizar, ou seja, adquirir algo com baixos preços e a partir dos recursos latentes. Já o sentido substantivo de economia está ligado à subsistência humana no que tange a satisfação de suas necessidades através dos meios materiais. Percebe-se que o sentido formal do termo econômico está pautado no acúmulo material, o lucro ilimitado é a finalidade última nessa concepção; o sentido substantivo dirige-se à satisfação humana como um fim almejado, no qual o suporte material, gratuitamente fornecido pela natureza, e mesmo o mercado baseado em valores de uso, são instrumentos necessários para tal finalidade.

Em sua análise da história econômica das sociedades, Polanyi (2000), identifica que, mesmo existindo desde a antiguidade grega, a economia formal nunca teve um papel tão central nas relações humanas como a partir do século XIX. Antes do domínio do sistema de mercado, a economia era um meio para satisfazer as necessidades humanas, ou seja, estava mais próxima do seu sentido substantivo. Nas sociedades mercantis o objetivo é o ganho monetário, enquanto noutras economias, como aquelas construídas sobre as relações de reciprocidade e redistribuição, o objetivo “é a reprodução material da própria vida” (LISBOA, 2000: 2). A economia de mercado proporcionou mudanças que ultrapassam a esfera econômica, “de meio para satisfazer as necessidades, a economia transforma-se em finalidade da vida humana” (FERNANDES, 2008: 13).

Para uma melhor compreensão do conceito de economia, Polanyi (2012: 64) aponta que a “fusão dos dois significados num conceito único é irrepreensível, desde que permaneçamos conscientes das limitações do conceito assim constituído”. Essas limitações, para o autor, estão na generalização do conceito de economia, cada vez mais vinculado à sua forma mercantil, daí a importância de pensar separadamente o formal e o substantivo.

A racionalidade econômica, também influenciou uma corrente da ciência que cunhou o conceito de *homo economicus*. Segundo Zaoual (2010), esse conceito reduz o homem a uma condição irracional de produção e consumo, em que as dimensões culturais, sociais, ecológicas entre outras, são comprimidas na noção de utilidade. Apesar da tentativa, essa

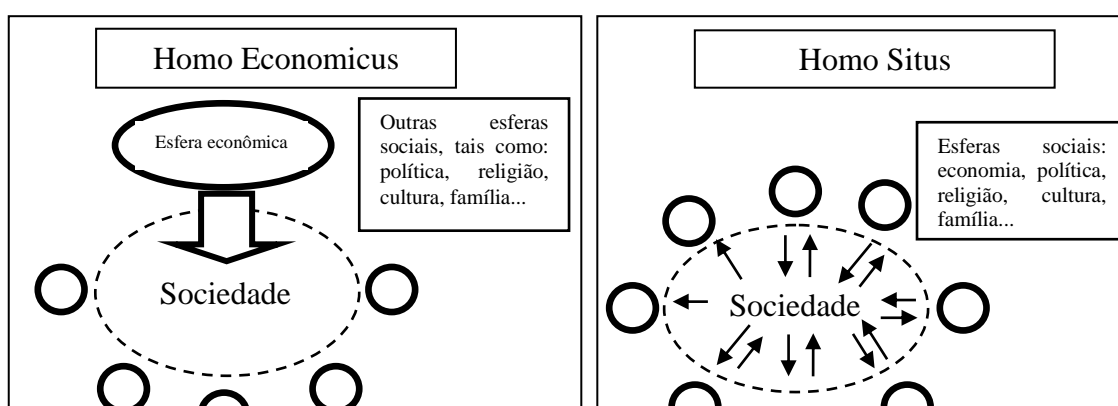
concepção holística da racionalidade econômica, não é capaz de interpretar o homem em suas complexidades, ou seja, é uma falácia.

Contrapondo o *homo economicus*, Zaoual (2010), propõe o conceito de *homo situs*, buscando inserir na interpretação do homem dimensões não alcançada pela concepção economicista. Uma das características do *homo situs*, a despeito de sua invisibilidade, é sua interação com o território. Diferente do *homo economicus*, a ideia do homem situado admite a interação, o comportamento do indivíduo é analisado na pluralidade de suas motivações a partir da dinâmica do seu sítio simbólico de pertencimento, o “caráter social e territorial do *homo situs* matiza fortemente os pressupostos do modelo do *homo oeconomicus*” (ZAOUAL, 2010: 25), este recompõe seus interesses sob os efeitos da sua reputação e estima sempre em conformidade com o seu meio social e ecológico.

A análise do Zaoual (2010) contribui para investigar as alternativas econômicas construídas a nível local, principalmente quando pensadas a partir das interações sociais de reciprocidade, redistribuição e troca, como classificada por Polanyi (2012). Ao reconhecer as economias não monetárias, Zaoual (2010) e Polanyi (2012), proporcionam uma visão integral sobre a economia diferente daquela fomentada unicamente pela racionalidade instrumental.

Para pensar o lugar da economia no desenvolvimento territorial sustentável será emprestado de Polanyi (2000) o conceito de *embeddedness*, no qual o sistema econômico é concebido como enraizado no sistema social. Polanyi (2000) explica que nas sociedades pré-capitalistas a economia era um entre outros sistemas que operavam a vida em sociedade, ou seja, o convívio social não era controlado pelo mercado, e tais sociedades garantiam sua sobrevivência através das interações de *reciprocidade* e *redistribuição*. A falácia econômica criou pra si um sistema autorregulável capaz de determinar a sociedade, ignorando as relações sociais na qual o *homo situs* está inserido. O esquema a seguir (Figura 1) ilustra esta constatação:

Figura 1: **Representação esquemática do lugar da economia na sociedade.**





Fonte: esquema elaborado pelos autores.

Partindo do pressuposto de que a economia é um dentre os demais sistemas que operam a vida em sociedade, a esfera econômica não pode ser capaz de conduzir todos os sistemas da sociedade em um processo de desenvolvimento sustentável, somente um desenvolvimento integral (SACHS, 2007) e simultâneo poderia organizar os anseios da humanidade. É pensando nisso que Amartya Sen (2000) defende a concepção de desenvolvimento como um processo de expansão das liberdades reais das pessoas, o “desenvolvimento tem de estar relacionado, sobretudo, com a melhora da qualidade da vida que levamos e das liberdades que desfrutamos.” (SEN, 2000: 29). Para o autor a fome, subnutrição, desigualdade de gênero, direitos civis, são privações de liberdade que precisam ser atendidas no desenvolvimento total, considerando que há liberdades substantivas e liberdades instrumentais.

Para Sen (2000), a expansão das liberdades são o fim primordial e o principal meio para o desenvolvimento. As liberdades são substantivas quando ocupam um papel constitutivo, ou seja, compõe a finalidade última do desenvolvimento; as mesmas liberdades são instrumentais quando ocupam um papel operatório, isto é, um meio para promoção do desenvolvimento. Nessa abordagem, defende Sen (2000: 53), que “a relevância do papel instrumental da liberdade política como um meio para o desenvolvimento de modo nenhum reduz a importância avaliatória da liberdade como um fim do desenvolvimento”, fins e meios possuem relações empíricas que interligam as formas de liberdade. Na esfera econômica, por exemplo, a liberdade com fim se relaciona com o conceito substantivo de economia (POLANYI, 2000), e, enquanto meio para o desenvolvimento “são as oportunidades que os indivíduos têm para utilizar recursos econômicos com propósitos de consumo, produção ou troca” (SEN, 2000: 55).

Diferente de Sen (2000), na perspectiva de Sachs (2007), a esfera econômica do desenvolvimento ocupa uma dimensão unicamente instrumental. Porém, o conceito de economia apresentado pelo autor é o formal e ao tratar da dimensão social do desenvolvimento sustentável Sachs (2007) enfatiza a subsistência do homem como fator primordial, portanto, também pauta sua reflexão no aspecto substantivo da economia. Em suma, a economia ocupa um lugar constitutivo e instrumental nas estratégias de desenvolvimento territorial sustentável, no entanto, é necessário levar em conta os dois sentidos do termo econômico: o formal e o substantivo.

### **Homem, natureza e organização produtiva: elementos metodológicos para uma interpretação do território**

Tendo de um lado a crítica ao sistema de mercado como um princípio teórico para o desenvolvimento sustentável e, de outro lado, a economia ocupando um lugar constitutivo e instrumental nas estratégias de desenvolvimento, esta seção apresenta elementos metodológicos para uma interpretação do território e das suas perspectivas de desenvolvimento. Esses elementos – homem, natureza e organização produtiva – são apresentados por Polanyi (2000) como instituições que precisavam de proteção diante do sistema de mercado.

A transformação do homem e da natureza em mercadorias forçou a constituição de leis reguladoras para assegurar a proteção social e ambiental, da mesma forma foi necessário a criação dos bancos centrais para regular e salvaguardar o próprio sistema capitalista “não eram apenas os seres humanos e os recursos naturais que tinham que ser protegidos contra os efeitos devastadores de um mercado auto-regulável, mas também a própria organização da produção capitalista” (POLANYI, 2000: 163).

É neste contexto que se estabelece um jogo de forças, de um lado a economia de produção capitalista precisando crescer, de outro, o estado regulador com a missão de proteger a sociedade das mazelas desse crescimento. A perspectiva do desenvolvimento territorial sustentável está entre esse jogo de forças, buscando conciliar o aspecto social, ambiental e econômico no desenvolvimento de um território inserido numa economia de produção capitalista. Ciente de que não existe um modelo global de desenvolvimento, os elementos metodológicos apresentados servem para uma leitura do território.

*Homem e desenvolvimento territorial sustentável*

Na economia formal e no crescimento econômico, o homem é separado da sua essência social e interpretado a partir de uma racionalidade instrumental institucionalizada no mercado. Originalmente, ou seja, na economia substantiva, o homem é pensado a partir da sua relação com o meio físico e social, constituindo uma entidade orgânica institucionalizada nas interações sociais. Segundo Polanyi (2000: 198) “separar o trabalho das outras atividades da vida e sujeita-lo às leis do mercado foi o mesmo que aniquilar todas as formas orgânicas da existência e substituí-la por um tipo diferente de organização, uma organização atomista e individualista”. Essa separação requer a destruição das instituições sociais tradicionais que são as bases culturais de uma comunidade.

Segundo Polanyi (2000), existe três motivações para o trabalho: a subsistência, o medo da fome e o desejo do lucro. Dessas três, a subsistência é a mais humana e natural, enquanto as outras duas são mais econômicas. Neste sentido, pode-se afirmar que há dois níveis de sociedade, uma vivendo o nível da subsistência, e outra, o nível do mercado; visivelmente, o que define o nível dessas sociedades é sua cultura expressa pelos seus modos de vida e hábitos de consumo. No nível da subsistência, a razão do trabalho é a sobrevivência do grupo, não há inanição nessa sociedade e o trabalho se iguala às outras relações sociais, tais como a religião, a política. No nível do mercado, a razão do trabalho varia nas classes sociais, os mais pobres pelo medo da inanição e os mais ricos pelo anseio do lucro, nessa sociedade o trabalho é separado das relações sociais mais tradicionais para compor a órbita do mercado.

Pensar a sociedade em níveis é teoricamente aceitável, porém, empiricamente a sociedade não é cindida dessa forma, precisa-se superar esse dualismo para melhor interpretar o homem no seu território. Entre o nível da subsistência e o nível do mercado há níveis intermediários que estão em constante conflito e que tornam singular um território. Essa visão dialética (LONH, 2006) é fundamental na interpretação do homem nas estratégias de desenvolvimento sustentável, pois, sua cultura econômica indicará em qual nível está inserido e qual estratégia será aplicada.

A dimensão social do desenvolvimento territorial sustentável considera a cultura como elemento fundamental no processo de desenvolvimento (SACHS, 2007). No anseio do

crescimento, a economia de mercado pretendia – mesmo que inconscientemente – dilacerar as instituições culturais tradicionais da sociedade em nome de uma cultura mercantil de produção e consumo. Esse modelo de crescimento promoveria uma catástrofe cultural, irreversível se não fossem as instituições de proteção social (POLANYI, 2000). Se a dependência cultural é mais impositiva que a econômica (SACHS, 1986), o desenvolvimento, que se pretende sustentável, deve ter como prioridade aquilo que há de mais humano no trabalho, ou seja, o próprio homem na sua interação com o meio.

#### *Natureza e desenvolvimento territorial sustentável*

Assim como o homem, por intermédio do trabalho, não pode ser separado do meio social, a natureza, por intermédio da terra, não pode ser separada do homem. Segundo Polanyi (2000: 214), o “que chamamos de terra é um elemento da natureza inexplicavelmente entrelaçado com as instituições do homem”, ou seja, terra e trabalho são originalmente inseparáveis, “o trabalho é parte da vida, a terra continua sendo parte da natureza, a vida e a natureza formam um todo articulado” (POLANYI, 2000: 214). A terra não é um produto passível de compra e venda, ela possui várias funções além da econômica, a terra é o local da moradia no qual o homem encontra segurança física, também é a paisagem natural e cultural do seu território, a terra é o meio de subsistência do homem. Organizar uma sociedade onde terra e homem estão separados é uma utopia do mercado que ameaça destruir a ambos.

O pensamento ocidental, influenciado diretamente pela racionalidade econômica, possui uma tradição dicotômica na interpretação do homem na sua relação com a natureza, nesta perspectiva, o trabalho se caracteriza como o meio pelo qual o homem domina a natureza. A subordinação da natureza ao homem, por intermédio do trabalho, é um plano da economia de mercado que tem como objetivo sustentar seus mecanismos e aplicar suas próprias leis. Segundo Polanyi (2000), esse processo passou por três estágios de evolução que acompanharam o desenvolvimento da economia de mercado: 1º a comercialização do solo, aniquilando as instituições feudais europeias, os cercamentos são um exemplo disso; 2º a utilização do solo para produção de alimentos direcionados ao suprimento das cidades industriais europeias, nesse estágio a mobilização dos produtos e a liberdade de contrato constituíram ferramentas importantes; e 3º a internacionalização da terra, que conduziu a Europa ao processo de colonização e, conseqüentemente, às guerras. A terra e sua produção

foram inseridas num mecanismo de mercado autorregulável e isso só poderia levar a uma consequência: a destruição total da natureza.

Os impactos do crescimento ilimitado no meio físico, social e cultural não faziam parte dos cálculos econômicos até a Conferência de Estocolmo em 1972, ocasião em que se propõe a discussão sobre o desenvolvimento sustentável. Segundo Sachs (1986), os princípios do ecodesenvolvimento são constituídos a partir das preocupações sociais, ambientais e econômicas, dentre os princípios estão: a valorização dos recursos específicos do local; a realização completa do homem; a solidariedade para com as gerações futuras; a organização produtiva para reduzir impactos ambientais; a utilização de fontes locais de energia e preferência ao transporte alternativo; a tecnologia apropriada ao ecodesenvolvimento; um quadro institucional favorável a políticas horizontais; e uma educação para gestão participativa.

Como homem e natureza não podem ser separados na interpretação do território e de suas perspectivas de desenvolvimento, a natureza também se inclui em níveis que variam da subsistência ao mercado. A natureza em uma comunidade que vive ao nível da subsistência é altamente sustentável, pois o homem retira dela o necessário e é o principal responsável pela sua preservação; já a natureza em uma sociedade ao nível de mercado é altamente insustentável, pois é a fonte de recursos para lucros ilimitados. Uma análise análoga a essa é realizada por Clóvis Cavalcanti (2012) ao comparar os índios brasileiros e os cidadãos norte americanos, tendo como referência o consumo de energia, demografia, cultura, economia e cosmovisão. Partindo dessa análise, o autor, cria uma escala de sustentabilidade onde o hiperconsumo norte americano representa o mínimo e a frugalidade do índio brasileiro representa o máximo. Entre a frugalidade e o hiperconsumo há níveis intermediários que devem ser considerados na análise do território e das suas estratégias de desenvolvimento, tendo em vista, sempre, a obediência às leis da natureza e não unicamente as leis do mercado.

#### *Organização produtiva e desenvolvimento territorial sustentável*

Para o funcionamento de qualquer mercado é, obviamente, imprescindível a presença da mercadoria, ou seja, produtos a serem vendidos e comprados; uma das diferenças entre os mercados pré-capitalistas e o sistema de mercado capitalista é que o dinheiro deixou de ser um representante da mercadoria, como nas economias tradicionais, para se tornar uma

mercadoria na economia de mercado. O dinheiro ganhou um preço, denominado juros, e tornou-se a renda dos banqueiros. O problema apontado por Polanyi (2000) é que o dinheiro, assim como o homem e a natureza, não são mercadorias, e permitir que o mercado seja o árbitro do poder de compra liquidaria as empresas nas ondas de deflação e inflação.

Assim como o homem e a natureza estavam ameaçados pelo mecanismo de mercado, o próprio negócio capitalista também se via ameaçado pela autorregulação do mercado. O dinheiro, ferramenta da organização produtiva do sistema internacional, teve que ser protegido pelo mecanismo do Banco Central que, por outro lado, contribuiu para queda do sistema internacional (POLANYI, 2000). A retenção política ao crescimento autorregulável foi uma proteção para o próprio mercado. O sistema de mercado é motivado pelo lucro que depende do preço e dos ajustes monetários, a mercadoria dinheiro é fundamental para um mercado internacional, porém, sem o dinheiro convencional o comércio doméstico seria rebaixado. A ficção da mercadoria inseriu o dinheiro no sistema de mercado separando-o da esfera política e ameaçando a empresa produtiva através da queda dos preços. Para os economistas clássicos, a sociedade era composta por permutadores e o dinheiro era uma das mercadorias que tinha a finalidade de uso na troca (POLANYI, 2000). O Banco Central assumiu, com a desintegração do padrão-ouro, papel fundamental na introdução da economia monetária na esfera política, “o dinheiro mercadoria praticamente deixou de existir, e foi apenas natural que o conceito de poder de compra do dinheiro o substituísse” (POLANYI, 2000: 233).

Para uma análise do território, precisa-se, antes de tudo, considerar que o dinheiro é uma ferramenta de organização produtiva, na qual se estabelece como uma medida de valor. Segundo Milton Santos (1999), a diferença dessa medida de valor está na dinâmica do território, ou seja, quanto mais envolvido com os mecanismos do sistema de mercado, mais os valores de troca se impõem sobre os valores de uso. Mais uma vez o nível de subsistência e o nível de mercado se colocam como uma referência para análise do território, agora no aspecto da organização produtiva. No nível da subsistência, o escambo é baseado totalmente no valor de uso dos objetos, ou seja, um valor incalculável em termos monetários; enquanto no nível do mercado, as trocas são baseadas em valores de troca, estabelecidos pelos preços do mercado.

O grande problema apontado por Polanyi (2000) – da internacionalização do dinheiro num sistema autorregulável – é reforçado por Santos (1999) no que diz respeito à relação do dinheiro com o território. Segundo esse autor, nos mercados menos complexos o território é o regente do dinheiro que é utilizado por uma sociedade localizada, já em territórios globais, mais envolvidos com a economia mercantil, há certa subordinação do território ao dinheiro que passa a ser o regulador das prestações econômicas.

*Antes o território continha o dinheiro, que era em parte regulado pelo dinheiro, pelo território usado. Hoje, sob a influência do dinheiro, o conteúdo do território escapa a toda regulação interna, trazendo aos agentes um sentimento de instabilidade, essa produção sistemática de medo, que é um dos produtos da globalização perversa dentro da qual vivemos, esse medo que paralisa, esse medo que convoca a apoiar aquilo em que não cremos apenas pelo receio de perder ainda mais (SANTOS, 1999: 12).*

Na análise do território o poder de compra das pessoas deve ser considerado a partir dos valores de uso e dos valores de troca, visto que o processo de globalização e territorialização formam um movimento dialético, ou seja, o território não é completamente global, nem completamente local, mas se caracteriza pela multiplicidade das relações globais e locais. Outra característica do território é a dinâmica das suas integrações sociais, onde a domesticidade, reciprocidade, redistribuição e troca (POLANYI, 2000; 2012) coexistem, mesmo havendo a predominância de uma sobre as outras.

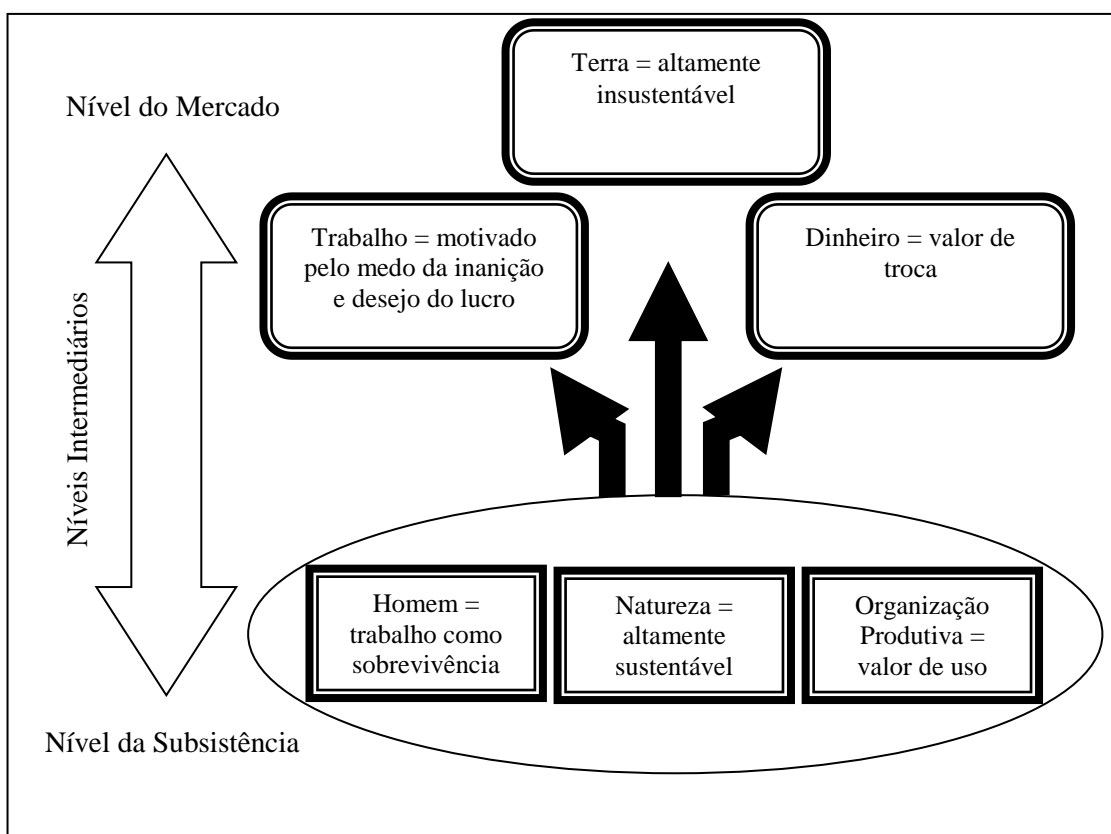
### **Considerações Finais**

A grande contribuição de Karl Polanyi, para as reflexões sobre o desenvolvimento territorial sustentável, está na forma sistemática pela qual ele interpreta a sociedade na economia de mercado. Sua leitura sobre o homem, a natureza e a organização produtiva fornecem categorias metodológicas imprescindíveis para aqueles que buscam uma interpretação do território e das suas perspectivas de desenvolvimento.

Ao realizar sua crítica à economia de mercado, Polanyi (2000; 2012), identifica que os mecanismos do sistema mercantil modificam as bases institucionais da sociedade em nome de um modelo autorregulável e independente. Essa falácia economicista, desenraizada da sociedade, propõe a separação daquilo que não se pode empiricamente separar, ou seja,

homem, natureza e organização produtiva. O esquema a seguir (FIGURA 2), representa a transformação do homem, natureza e organização produtiva em mercadoria.

Figura 2: **Representação esquemática da transformação do homem, natureza e dinheiro em mercadoria.**



Fonte: esquema elaborado pelos autores.

Ao refletir sobre essa transformação, tendo como referência os níveis de subsistência e do mercado, percebe-se que paulatinamente homem, natureza e organização produtiva são separados de seus elos substantivos originais para dar lugar ao trabalho, terra e dinheiro que,

no sistema de mercado, se identificam somente com a categoria de mercadoria. Os níveis intermediários ajudam a pensar sobre a dinâmica territorial dessas relações, pois, nem todas as sociedades se encontram no mesmo nível de desenvolvimento do sistema de mercado.

O diálogo da teoria de Karl Polanyi com as ideias dos autores do desenvolvimento e do território enriquecem o olhar sobre a sociedade e constitui uma análise interdisciplinar sobre o social, o ambiental e o econômico. Essa relação impede que se tenha um olhar fragmentado sobre o desenvolvimento territorial sustentável, e, principalmente, fornece categorias de análise para pensar a integridade do território e as possíveis estratégias de desenvolvimento.

## Referências

- CANGIANI, Michele. A teoria institucional de Karl Polanyi: a sociedade de mercado e sua economia “desenraizada”. In. POLANYI, Karl. **A subsistência do homem e ensaios correlatos**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.
- CAVALCANTI, Clóvis. Sustentabilidade: mantra ou escolha moral? Uma abordagem ecológico-econômica. **Estudos Avançados**. 26 (74), 2012.
- ESTEVA, Gustavo. Desenvolvimento. In. SACHS, Wolfgang. **Dicionário do Desenvolvimento**: guia para o conhecimento como poder. Tradutores: Vera Lúcia M. Joscellyne, Susana de Gyalokay e Jaime A. Clasen. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.
- FERNANDES, Valdir. A racionalização da vida como processo histórico: crítica à racionalidade econômica e ao industrialismo. **CADERNOS EBAPE.BR**. v. 6, nº 3, Set. 2008.
- HAESBAERT, R. Dos múltiplos territórios a multiterritorialidade. In. HEIDRICH, A. L. et al. (Orgs.) **A emergência da multiterritorialidade**: a ressignificação da relação do humano com o espaço. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008. p. 19-36.
- LISBOA, A. M. **A Crítica de Karl Polany à utopia do mercado**. Lisboa: Instituto Superior de Economia e Gestão, Universidade Técnica de Lisboa. Centro de Investigação em Sociologia Econômica e das Organizações. Working Papers, 2000.
- LOHN, Reinaldo Lindolfo. **Antônio Cândido e os parceiros**: para além do dualismo. Florianópolis: Revista Esboços, v. 13, n. 15, 2006.
- POLANYI, Karl. **A grande transformação**: as origens de nossa época. Tradução: Fanny Wrobel. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.
- POLANYI, Karl. **A subsistência do homem e ensaios correlatos**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.
- SACHS, Ignacy. **Ecodesenvolvimento**: crescer sem destruir. São Paulo: Vértice, 1986.

SACHS, Ignacy. **Rumo à ecossocioeconomia:** teoria e prática do desenvolvimento. Paulo Freire Vieira (org.). São Paulo: Cortez, 2007.

SANTOS, Milton. Dinheiro e Território. **Geographia** – Ano. 1, Nº 1, 1999.

SAQUET, M. A. Por uma abordagem territorial. In. SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. (Orgs.) **Territórios e territorialidades:** teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 73-94.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade.** São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

ZAOUAL, H. O *homo situs* e suas perspectivas paradigmáticas. Rio de Janeiro: **Oikos**, v. 9, n. 1, p. 13-39, 2010.